

ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER LEGISLATIVO  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2º QUADRIMESTRE DE 2011

(SETEMBRO/2010 a AGOSTO/2011)

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL   | DESPESAS EXECUTADAS<br>(Últimos 12 Meses) |  |
|---|---|--|
|   | LIQUIDADAS                                | INSCRITAS EM<br>RESTOS A PAGAR<br>NÃO<br>PROCESSADOS |
|   | (a)                                       | (b)  |
| <b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>  | <b>258.722.374,40</b>                     | <b>9.899,09</b>                                      |
| Pessoal Ativo   | 195.311.501,64                            | 9.899,09   |
| Pessoal Inativo e Pensionistas  | 63.410.872,76                             |  |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00                                      |  |
| <b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>                                  | <b>8.549.433,08</b>                       | <b>0,00</b>  |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária                                  | 5.657.269,95                              |  |
| Decorrentes de Decisão Judicial   | 0,00                                      |  |
| Despesas de Exercícios Anteriores   | 1.150.439,60                              |  |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados   | 1.741.723,53                              |  |
| <b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>   | <b>250.172.941,32</b>                     | <b>9.899,09</b>                                      |
| <b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>                                 | <b>250.182.840,41</b>                     |  |

**APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL**

|  |                          |
|--|--------------------------|
| <b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>                                  | <b>13.229.901.873,82</b> |
| <b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100</b>  | <b>1,89</b>              |
| <b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - &lt;2,20&gt;</b>  | <b>291.057.841,22</b>    |
| <b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - &lt;2,09%&gt;</b> | <b>276.504.949,16</b>    |

FONTE: DF.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício,

por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Florianópolis, 15 de setembro de 2011

Ibrantina Machado  
Diretora Financeira

Paulo Henrique Rocha Faria Junior  
Procurador Geral Adjunto

Fábio Matias Polli  
Presidente da Comissão  
de Controle Interno